

## CAMPANHA SALARIAL DOS VIGILANTES 2021

# União, resistênciã e luta para avançar!



O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais se reuniu com a representação patronal no dia 4 de dezembro, na capital, para a primeira reunião de negociação da Campanha Salarial de 2021.

Além do Sindicato, também participaram da reunião dirigentes das demais entidades representativas dos vigilantes no Estado, dentre elas os sindicatos dos vigilantes de Uberaba, Uberlândia, Montes Claros e de Juiz de Fora.

A pauta de reivindicações da categoria foi entregue aos patrões no dia 6 de novembro, após assembleia virtual transmitida pelas redes sociais e aprovação da pauta pelos trabalhadores e trabalhadoras, em votação realizada pelo Sindicato em seu site, nos dias 27 e 28 de outubro.

Confira na página 3 o que ficou decidido na primeira reunião de negociação da Campanha Salarial.

**Estatuto da Segurança Privada deverá ser votado ainda este mês**  
PÁGINA 2

**Jurídico fez mais de 21 mil atendimentos em 2020**  
PÁGINA 4

**Clube dos Vigilantes volta a fechar por conta da pandemia**  
PÁGINA 4



**Feliz Natal e  
um Ano Novo  
de muita saúde  
e prosperidade!**

## Estatuto da Segurança Privada: Senado deve votar projeto este mês

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais convoca a todos os vigilantes da base a reforçarem a luta pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

No dia 1º de dezembro, após reunião de líderes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu que o projeto deverá ser levado à votação neste mês de dezembro.

A inclusão na pauta foi feita a pedido do senador Major Olímpio (PSL) e ratificada pelo líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Rogério Carvalho. O relator do Estatuto é o senador Raulo Rodrigues (Rede).

Para convencer os senadores a aprovarem o Estatuto, que tramitou por 22 anos na Câmara dos Deputados e se encontra com relatório pronto e à disposição para ser votado pelo Senado, o Sindicato enviou um ofício a todos os senadores



pedindo que aprovem a proposta.

“Essa luta também é de todos os vigilantes. Por isso, pedimos aos trabalhadores e trabalhadoras para que façam o mesmo e cobrem dos seus senadores, por telefone, e-mail e redes sociais, atenção e essa causa tão importante para a categoria”, diz o vice-presidente do Sindicato, José Carlos.

“Estamos juntos por uma segurança privada melhor, garantia dos nossos direitos e melho-

res condições de trabalho”, acrescenta.

Representantes de Minas no Senado:

- Antonio Anastasia (PSD): (61) 3303-5717. E-mail: sen.antonioanastasia@senado.leg.br

- Carlos Viana (PSD): (61) 3303-3100. E-mail: sen.carlosviana@senado.leg.br

- Rodrigo Pacheco (DEM): (61) 3303-2794. E-mail: sen.rodrigopacheco@senado.leg.br

## STJ: vigilante que trabalha desarmado também tem direito à aposentadoria especial

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu, no último dia 9, o julgamento do “Tema 1031”, que trata da aposentadoria especial para os profissionais de segurança privada, tanto àqueles que trabalham armados quanto aos que exercem a profissão desarmados.

Por unanimidade de votos, o Tribunal acatou o voto do relator e decidiu que o vigilante desarmado também tem direito à aposentadoria especial.

Por se tratar de uma questão de suma importância para os vigilantes, a decisão era aguardada com expectativa pela categoria.

“Certamente, essa



Sede do STJ, onde foi votado o “Tema 1031”

decisão do STJ vai influenciar nos processos de aposentadoria daqui para frente. Por isso, recomendamos que quem ainda não entrou com ação pleiteando a aposentadoria especial fique atento a esse direito”, observa o secretário-geral do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

## Deputado pede a inclusão de vigilantes em grupo prioritário para tomar vacina contra Covid

O deputado federal Marcelo Freitas (PSL) pediu ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que priorize a vacinação de profissionais que desempenham funções consideradas essenciais em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Em ofício encaminhado ao ministro, o deputado solicitou a inclusão dos vigilantes e guardas municipais no grupo prioritário para o recebimento da vacina contra a Covid, categorias imprescindíveis.

Segundo o parlamentar, “os vigilantes,



Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL)

bem como os guardas municipais, formam a linha de frente nas ações de proteção ao patrimônio e à vida de pessoas, ombreando com as demais forças estatais de segurança pública”.

## Ministro do STF considera trabalho intermitente inconstitucional

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) sobre o contrato de trabalho intermitente, votou pela inconstitucionalidade da matéria, em reunião no dia 2 de dezembro.

No dia seguinte, um pedido de vista da ministra Rosa Weber sus-

pendeu o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5826, 5829 e 6154, que questionam os dispositivos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) que instituíram o contrato de trabalho intermitente.

A Lei 13.467/2017 regulamentou, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o contrato

de trabalho intermitente. A modalidade, com relação de subordinação, que ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, que podem ser determinados em horas, dias ou meses, é altamente prejudicial ao trabalhador, na medida em que reduz salários e o impede de planejar sua vida financeira.

# Mobilização é fundamental para evitar que negociações da Campanha Salarial se arrastem

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, Edilson Silva, representou a entidade na primeira reunião de negociação da Campanha Salarial com a patronal, realizada no dia 4 de dezembro. Por conta da pandemia, os demais dirigentes da entidade acompanharam a reunião da sede da entidade, por meio de transmissão feita pela internet.

Segundo Silva, além de reafirmarem a pauta dos trabalhadores entregue no dia 6 de novembro, os sindicalistas destacaram a necessidade de os patrões atenderem as reivindicações da categoria, considerada essencial.

“Além do custo de vida, que aumentou significativamente nesse ano, a exemplo dos preços dos alimentos, é preciso levar em conta o grande trabalho desempenhado pelos trabalhadores e trabalhadoras da categoria,



Por conta da pandemia, diretores do Sindicato acompanharam a reunião por meio de transmissão pela internet

que mesmo com a pandemia do novo coronavírus cumpriram brava e exemplarmente com suas funções”, disse.

Os patrões, por sua vez, não apresentaram nenhuma contraproposta. Preferiram marcar uma série de reuniões ainda neste mês e em janeiro de 2021.

“Esperamos que a patronal se sensibilize e que já na próxima reunião apresente uma contraproposta que seja possível de ser apreciada pelas

entidades representativas da categoria e os trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, não devemos baixar a guarda. Vamos nos manter unidos e mobilizados”, reforça o presidente do Sindicato.

## Próximas reuniões de negociação

- 11/12/2020
- 18/12/2020
- 07/01/2021
- 14/01/2021
- 21/01/2021
- 28/01/2021

## Principais reivindicações da categoria

- ✓ Reajuste salarial: 100% do INPC acumulado entre 01/01/2020 e 31/12/2020 + 5% de produtividade + 5% de ganho real;
- ✓ Plano de saúde nacional para o pessoal da Escolta Armada;
- ✓ Melhoria da cesta básica;
- ✓ Alojamento adequado para os trabalhadores que prestam serviços em eventos quando em viagem;
- ✓ Fornecimento de 30 tíquetes refeição por mês, no valor de R\$ 30,00 cada;
- ✓ Garantia de quota mínima de 30% para as mulheres no quadro funcional das empresas, nos setores público e privado, e igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional;
- ✓ Fornecimento de tíquete refeição durante as férias;
- ✓ Planos de saúde e odontológico gratuitos para os trabalhadores e dependentes;
- ✓ Aumento do período de estabilidade no emprego pré-
- ✓ Melhoria das condições de trabalho.

## Pagamento do 13º salário em parcela única deve ser feito até 10 de dezembro

O prazo de pagamento do 13º salário em parcela única encerra no dia 10 de dezembro, conforme determina a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos vigilantes, na cláusula 9ª.

As empresas que

optaram pelo pagamento do 13º salário dividido em duas vezes, conforme prevê a lei, e que comunicaram a decisão ao Sindicato até o dia 20 de outubro, deverão quitar a segunda parcela até o dia 20 deste mês - o pa-

gamento da primeira parcela venceu no dia 30 de novembro.

O Sindicato lembra que os trabalhadores que saíram de férias durante a vigência da Medida Provisória 927 (22/03 a 20/07) devem receber

o valor correspondente a 1/3 de férias juntamente com pagamento do 13º.

Fique atento ao cumprimento dos prazos e, em caso de irregularidade, denuncie ao Sindicato o quanto antes pelo telefone (31) 3270-1300.



## Jurídico do Sindicato fez mais de 21 mil atendimentos em 2020

O Sindicato, por meio do seu Departamento Jurídico, realizou 21.861 atendimentos de janeiro a novembro de 2020, sendo 896 de forma pessoal e 20.965 por telefone e internet.

Foram ajuizadas 89 novas ações trabalhistas, com intuito de garantir os direitos dos trabalhadores da categoria. Desse total, 19 foram ações movidas de forma coletiva, conforme prevê o artigo 8º da Constituição Federal, e 70 individuais.

O Jurídico também representou os trabalhadores em 244 audiências junto à Justiça do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho.

Além de assessoria trabalhista, o Jurídico do Sindicato prestou aos vigilantes sindicalizados atendimento na área cível, que gerou a distribuição de 37



ações e a realização de 36 audiências.

Foram prestados, ainda, diversos esclarecimentos e suporte extrajudicial aos associados e colaboradores, inclusive durante o fechamento da sede da entidade, imposto pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Nesse período, o atendimento foi mantido de forma remota, por e-mail e WhatsApp.

Em cumprimento à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, o Jurídico deu suporte à diretoria em 1.579 homo-

logações, ressaltando e fiscalizando eventuais irregularidades nas rescisões e contratos de trabalho.

“Mesmo um ano particularmente difícil, devido à pandemia da Covid-19, que chegou a paralisar as repartições judiciais e tornou ainda mais moroso o andamento dos processos, o Sindicato, por meio de sua assessoria jurídica, não mediu esforços para resguardar e resgatar os direitos dos trabalhadores”, ressalta o coordenador do Departamento Jurídico, Vítor dos Santos.

## Live amplia comunicação com a categoria

Desde julho, os trabalhadores e trabalhadoras passaram a contar com mais um canal de informação sobre as atividades sindicais e assuntos de interesse da categoria: a Live do Sindicato.

Transmitida pela página da entidade no



Facebook e no canal no YouTube, sempre às terças-feiras, às 19 horas, o

programa tem conquistado bons índices de audiência.

Para ver ou rever as edições da live, acesse a TV O Vigilante, no site do Sindicato: [www.ovigilante.org.br](http://www.ovigilante.org.br).

Assista, participe, curta, inscreva-se no nosso canal e divulgue a live!

## Prefeitura de Contagem suspende funcionamento de clubes novamente



Clube dos Vigilantes voltou a ser fechado no dia 9 de dezembro, por conta da pandemia da Covid-19

O Sindicato informa que o Clube dos Vigilantes voltou a ser fechado, por tempo indeterminado, no dia 9 de dezembro.

A medida se deve ao decreto da Prefeitura Municipal de Contagem nº 1929, de 08/12/2020, que determinou a suspensão das atividades de clubes sociais, esportivos e de recreação, bem como a realização de atividades coletivas esportivas em ambientes públicos e privados, diante da situação de Emergência em Saúde Pública no Município

provocada pelo novo coronavírus (Covid-19).

### “Pelada”

Com o fechamento do Clube, fica cancelada a última “pelada” do ano e a confraternização dos “peladeiros”, que seriam realizadas na Arena de Futebol, no dia 12 de dezembro.

O retorno da “pelada” está previsto para o dia 23 de janeiro ou em nova data, que será divulgada tão logo seja autorizada a reabertura do Clube.



“Pelada” dos vigilantes deverá ser retomada no dia 23 de janeiro de 2021 ou após a reabertura do Clube